

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006705-09.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Roberto Sant ana**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor postula a reativação de sua linha telefônica, tendo em vista que a mesma teria sido bloqueada injustificadamente pela ré.

Ao longo do feito restou demonstrado que a reativação sucedeu.

Nesse sentido, e diante do que o autor informou a fl. 57, conclui-se que efetivamente a linha voltou a operar normalmente.

O quadro delineado atesta que a ré não tinha respaldo para cessar os serviços contratados pelo autor, ao passo que nada de concreto foi amealhado aos autos legitimando a hipótese de que isso teria sido tencionado pelo próprio autor, de sorte que se impõe a sua condenação a restabelecê-los, tornando definitiva a decisão de fls. 3/4, item 1.

Bem por isso, e visando a sanar tal falha, é que prospera a postulação exordial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica nº (16) 99185-8932, viabilizando sua utilização com a realização e recebimento de chamadas sem intercorrências, mas dou por cumprida a obrigação em decorrência das manifestações da ré de fl. 30 e autor fl. 57.

Oportunamente, e com as cautelas de praxe, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 21 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**